

A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 2

**Maria Izabel Machado
(Organizadora)**



A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 2

**Maria Izabel Machado
(Organizadora)**



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S678	<p>A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-863-2 DOI 10.22533/at.ed.632192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Comportamento humano. 3. Desenvolvimento humano. 4 Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Machado, Maria Izabel.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 2* nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, razão pela qual os capítulos que seguem estão organizados por afinidade temática e/ou metodológica.

O primeiro eixo nos permite compreender as questões acerca do desenvolvimento humano desde a perspectiva da infância. Seja em espaços urbanos ou rurais, no campo ou na cidade, as crianças ganham centralidade nas análises desde seus saberes, redes, brincadeiras e subversões.

Das fricções entre o urbano e o rural que também colocam em tensão saberes técnicos e locais somos convidados a pensar abordagens sociológicas para os desastres ambientais que deem conta da complexidade em que se imbricam interesses econômicos, defesa do meio ambiente e a vida das populações atingidas pelos desastres.

O terceiro e último bloco de capítulos oportuniza tanto o acesso a temas atuais da sociologia como as migrações e os choques culturais decorrentes desses processos, quanto um apanhado metodológico que envolve diversos caminhos e técnicas de pesquisa, sejam elas centradas nos sujeitos ou nas estruturas e processos sociais de acumulação de poder e capital.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO URBANO E DO RURAL	
Gerson Luiz Buczenko	
Maria Arlete Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.6321923121	
CAPÍTULO 2	12
TRANSPORTE ESCOLAR E INFÂNCIA DO CAMPO: AS VIVÊNCIAS DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS DE UMA ESCOLA NO RIO UAICURAPÁ/ PARINTINS - AMAZONAS	
Kilsimara Nascimento Ribeiro	
Gyane Karol Santana Leal	
Rosaria Jordão Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.6321923122	
CAPÍTULO 3	23
SUBVERSÕES DO BRINCAR: DISPOSITIVOS NA INFÂNCIA FRENTE AS NORMATIZAÇÕES INSTITUCIONAIS	
Giovana Glaucia Fernandes	
Natasha Carolina da Costa Carreño Baeta	
Rafael Delaguardia Felix	
Ricardo Lopes Correia	
DOI 10.22533/at.ed.6321923123	
CAPÍTULO 4	34
EPISTEMOLOGIAS DO SUL: INFÂNCIAS E CANDOMBLÉ NA CIDADE DE SÃO PAULO EM BUSCA DE UMA PEDAGOGIA ARTEIRA	
Ellen Gonzaga Lima Souza	
Gabriela Tebet	
Antônio Paulino de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.6321923124	
CAPÍTULO 5	43
O BAIRRO A PARTIR DE UM PASSEIO DE ÔNIBUS: EXPERIÊNCIAS DE CRIANÇAS E SOBRE A INFÂNCIA NO ESPAÇO URBANO	
Zuleica Pretto	
DOI 10.22533/at.ed.6321923125	
CAPÍTULO 6	56
O LUGAR SOCIAL DA CRIANÇA RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA MARAJOARA	
Simeir Santos Andrade	
Magali dos Reis	
Laura Maria Silva Araújo Alves	
DOI 10.22533/at.ed.6321923126	
CAPÍTULO 7	67
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E SABER LOCAL NA GESTÃO DO DESASTRE DA REGIÃO SERRANA (RJ): UM ESTUDO DE CASO	
Maria Suellen Timoteo Correa	
DOI 10.22533/at.ed.6321923127	

CAPÍTULO 8	79
REPARAÇÃO DE DANOS NO DESASTRE DO RIO DOCE, PARTICIPAÇÃO E ATORES SOCIAIS	
Aloisio Ruscheinsky Manoella Treis	
DOI 10.22533/at.ed.6321923128	
CAPÍTULO 9	92
A CENTRALIDADE DAS RELAÇÕES NO COTIDIANO DE UMA INSTITUIÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	
Alessa Cristina Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6321923129	
CAPÍTULO 10	105
MIGRAÇÕES INTERNAS E A EMERGÊNCIA DE DISPUTAS SIMBÓLICAS NO RIO GRANDE DO SUL	
Pedro Francisco Marchioro Talita Cristine Rugeri Lorena del Pilar Pereda Cordova	
DOI 10.22533/at.ed.63219231210	
CAPÍTULO 11	118
ANÁLISE DE QUESTÕES DE SOCIOLOGIA DO ENEM (2015): REFLEXÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS	
Ozaias Antônio Batista Maria Genilda Marques Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.63219231211	
CAPÍTULO 12	134
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES): PROSOPOGRAFIA E CONEXÕES POLÍTICO-FAMILIARES	
Mônica Helena Harrich Silva Goulart Ricardo Costa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.63219231212	
CAPÍTULO 13	152
PALMYRA WANDERLEY NA REVISTA VIA-LÁCTEA DE 1914-1915: ESCRITA E POESIA NA EDUCAÇÃO DA MULHER POTIGUAR	
Maria Joseane Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.63219231213	
CAPÍTULO 14	164
A CULTURA CONSERVADORA DE GUARAPUAVA, FRENTE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E TECNOLÓGICO	
Marco Aurélio Silva Antonio Costa Gomes Filho	
DOI 10.22533/at.ed.63219231214	

CAPÍTULO 15	175
A SOCIEDADE DE MERCADO NO SÉCULO XXI E SEUS DESAFIOS: TRABALHO, PRODUTIVIDADE E DESEMPREGO	
Nelton Moreira Souza Eliete Barbosa de Brito Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63219231215	
CAPÍTULO 16	189
AS MULHERES NAS PRISÕES BRASILEIRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
Ivaneide Nunes Paulino Grizente Regina Maria Macedo Costa Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.63219231216	
CAPÍTULO 17	196
AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISES DO CAMPO CIENTÍFICO E O ESTUDO DO CAMPO DA COMUNICAÇÃO	
Renato Ribeiro Daltro	
DOI 10.22533/at.ed.63219231217	
CAPÍTULO 18	201
PRÁTICAS SOCIOINFORMACIONAIS EM AMBIENTES DIGITAIS E A CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS CRÍTICAS EM INFORMAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves Fellipe Sá Brasileiro Daniella Alves de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.63219231218	
SOBRE A ORGANIZADORA	218
ÍNDICE REMISSIVO	219

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E SABER LOCAL NA GESTÃO DO DESASTRE DA REGIÃO SERRANA (RJ): UM ESTUDO DE CASO

Data de aceite: 22/11/2019

Maria Suellen Timoteo Correa

PPGA, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ.

Este trabalho foi desenvolvido com apoio da CAPES.

RESUMO: Buscou-se analisar de que forma a participação social e política pela reconstrução de espaços atingidos por catástrofes de chuvas pode repercutir nas transformações da relação do Poder Público com comunidades e nas políticas públicas de gestão de desastre, além de fomentar a discussão sobre a importância de considerar o saber local nessas políticas. Para tanto, foi apresentada parte do universo da minha pesquisa e dissertação em Antropologia, envolvendo o estudo de caso da participação política de moradores do bairro Córrego D’Antas, em Nova Friburgo (RJ), em prol da reconstrução da localidade e de melhorias nos serviços, ao longo de 2014, após terem sido atingidos pelo desastre das chuvas da Região Serrana do Rio em 2011. A participação através da Associação de Moradores do bairro, juntamente às ações implementadas durante esse engajamento, como o acionamento de novos saberes na esfera política, são tomados como exemplo

neste artigo, de maneira a buscar a colaboração nas reflexões acerca da gestão de desastres e redução de riscos.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo. Gestão de Desastres. Participação Comunitária. Saber Local.

1 | INTRODUÇÃO

Esta produção tem por objetivo apresentar parte da organização e do engajamento político de um grupo de pessoas através da Associação de Moradores do seu bairro, de modo a resistirem e retomarem suas vidas a partir da catástrofe das chuvas que atingiram a Região Serrana do estado do Rio de Janeiro em 2011.

Esta breve apresentação tem origem na etnografia baseada nessa participação política, apresentada como dissertação de mestrado, defendida em 2015, intitulada “A Política no Desastre em Nova Friburgo/RJ: uma análise da participação de moradores na reconstrução do bairro Córrego D’Antas”. Este trabalho antropológico foi produzido a partir da pesquisa de campo feita no bairro Córrego D’Antas, em Nova Friburgo (RJ), ao longo de 2014, junto aos moradores que participavam

direta e indiretamente da Associação de Moradores da localidade. Foi priorizado o método etnográfico da observação participante, a partir do acompanhamento e da participação de ações promovidas pela instituição no bairro, de modo a dar ênfase nas relações entre a comunidade, seus moradores, trabalhadores e o Estado.

Ao longo de todo esse ano, foram adotados em campo métodos como a participação em reuniões, encontros e ações da entidade, além de entrevistas com moradores, tanto membros gestores da Associação, quanto os que participavam das reuniões, assembleias e eventos. Além da observação participante, foram incorporados à pesquisa, documentos, ofícios, leis, fotos e notícias em jornais, sites e blogs sobre o bairro, as vítimas, as áreas de risco, a “tragédia”, as ações dos moradores e das instituições, a fim de proporcionar uma visão situacional do campo e mesmo uma análise anterior dele.

Além das considerações antropológicas sobre o universo da política, foi possível também problematizar os desastres, analisando-os enquanto categorias sociais e simbólicas, de maneira a desnaturalizá-los (não os abordar apenas como situações ligadas à ação da natureza ou estritamente a uma ação pontual ou contingencial). Uma breve apresentação desse exercício torna-se necessária para o entendimento desta produção.

A desnaturalização dos desastres, tomando-os por uma perspectiva do social, abrange uma discussão já presente na Sociologia. Faz parte da análise da construção social dos riscos (VALÊNCIO, 2009, VALÊNCIO et al, 2004), ligada à estrutura social, que define esses riscos a partir de fatores como a ocupação de um território, por exemplo (VALÊNCIO et al, 2004, p. 73-74).

Essa discussão, também presente na Antropologia, considera que há um padrão histórico de vulnerabilidade (ACOSTA, 2004, 2008), relacionado, por exemplo, à infraestrutura, à ideologia dominante, à organização sociopolítica, aos sistemas de produção e de distribuição existentes (ACOSTA, 2004, p. 130), dentre outros.

Além do desastre ser uma construção sócio-histórica, com uma antecedência ao acontecimento em si, pode ser problematizado a partir de uma perspectiva que aborde seu aspecto simbólico.

Ao pensar nos desastres enquanto vetores de mudanças na vida das pessoas, pode-se tomar essas mudanças como ponto de partida para uma pesquisa que problematize esses eventos catastróficos enquanto categorias e referências de sentidos, percepções e até mesmo de ações, como fez a antropóloga Veena Das.

Para entender a participação política dos moradores e contextualizá-la, num primeiro momento da pesquisa, foi possível pensar no conceito de “eventos críticos”, ligados aos acontecimentos do desastre. Para Veena Das, eventos críticos – como o desastre na usina de Bhopal (um acidente industrial e químico em uma usina de pesticidas, que causou morte e sequelas em milhares de pessoas, devido a reações

químicas que resultaram em gases letais em 1984) - são fatos históricos tratados na sua singularidade e que trazem transformações e sofrimentos repentinos e inexplicáveis. São eventos que impregnam a cotidianidade das pessoas, condensando mudanças em códigos, concepções e práticas de várias esferas da vida social, como da política (DAS, 1995, p. 06).

Os eventos críticos são acontecimentos intimamente ligados a novos modos de ação e a reconfigurações de categorias e pensamentos, tanto por parte de civis, como por parte do próprio Estado que, para dar conta dos imponderáveis, reformula e ressignifica categorias, muitas vezes até para manter uma normalidade (*Ibidem*, p. 142).

A partir dessa desnaturalização, desastres também podem ser entendidos para além de uma relação de “causa e efeito”, tendo uma continuidade e existência na própria relação que as pessoas estabelecem com esses eventos, desde uma preparação, ou a forma como dão sentido aos acontecimentos e mudanças, até a maneira como agem posteriormente para lidar com os efeitos desastrosos. A própria categoria “tragédia”, muito utilizada pelos moradores para tratar do desastre, apresenta parte das referências e concepções dos moradores sobre o evento e como estes vivenciavam as suas consequências (CORREA, 2015, p. 161).

Portanto, ao tratar os desastres também na sua condição simbólica, é possível analisá-los dentro dos contextos locais e perceber a importância desta análise ao propor, por exemplo, uma “engenharia da resiliência” (FORESTI et al, 2015), tomando a resiliência enquanto “habilidade de reinventar e construir continuamente novas estratégias para superar as demandas que derivam dos desastres socionaturais” (*Ibidem*, p. 03).

Para compreender tal relação que este artigo apresenta parte do estudo de caso da participação política de moradores pela reconstrução de um bairro, participação essa que perpassou por esses aspectos sociais, históricos e simbólicos, tomando como base a perspectiva da Antropologia Política, que relaciona o mundo da política às variadas esferas da vida social. A partir desta análise, foi possível perceber que a mobilização pela reconstrução do bairro está atrelada à participação política que, por sua vez, está intimamente ligada às mudanças e reconfigurações de categorias e sentidos ocasionadas a partir do desastre.

Para esta produção, interessa apresentar até que ponto as ações coletivas locais e os saberes presentes nessa participação política afetam o desenrolar do processo catastrófico; e qual a importância desses elementos na gestão pública dos desastres e riscos.

2 | PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Antes de apresentar a análise sobre a importância e efetividade da participação dos moradores pela reconstrução do bairro é relevante apresentar condições ligadas ao desastre que contribuíram para uma interpretação crítica sobre o evento no local, na própria percepção do risco e na tomada de posição nos engajamentos.

O bairro Córrego D'Antas foi considerado por especialistas, pelos meios midiáticos e até mesmo pelo Poder Público como uma das localidades da Região Serrana mais atingidas pelas chuvas, em termos de mortes e destruição. Segue a descrição do evento no bairro por um jornal local:

“Conforme A VOZ DA SERRA vem noticiando desde a catástrofe em Nova Friburgo, em janeiro, um dos bairros mais gravemente afetados foi Córrego Dantas. Desde então, através de cartas e e-mails ao jornal, moradores reivindicam melhores condições para o bairro. Muitos perderam suas casas, automóveis e até mesmo o emprego — pois residiam e trabalhavam no bairro, que abrigava fábricas e confecções, gerando emprego e movimentando a economia do município. O que se vê no bairro hoje, quase três meses após a catástrofe, ainda é lama, muita lama e escombros. Valetas foram abertas pela força das águas e rolaram pedras de montanhas até então cobertas pela vegetação”. (A VOZ DA SERRA, 30 mar. 2011).

O bairro Córrego D'Antas pertence ao primeiro distrito (Nova Friburgo) e está situado na região centro-oeste do município. Está a seis quilômetros do centro da cidade, e é cortado pela rodovia RJ-130, que a liga ao município de Teresópolis. É um bairro residencial, tendo também muitas indústrias, como as de ferragens, elásticos, plásticos, papéis e gráfica, comércio e prestação de serviços, com padarias, restaurantes, mercados, lojas de veículos, hotéis, aterro sanitário, escolas municipal e estadual, e igrejas. Além de indústria, comércio e prestação de serviços, o bairro possui a atividade agropecuária na sua extensão agrícola.

Assim como a cidade teve a urbanização margeando o rio principal (Bengalas) e subindo pelos morros, com o Córrego D'Antas não foi diferente, situando-se entre montanhas e pedras, com a sua parte central seguindo a geografia geral da cidade, uma espécie de vale, localizada nos morros abaixo das pedras e margeando os dois lados do córrego que percorre o lugar e dá nome ao bairro.

Conforme descrito anteriormente, a localidade foi gravemente afetada e passou durante meses praticamente com o mesmo cenário da catástrofe, e durante anos com vários problemas herdados em 2011.

Sobre a percepção do Poder Público, a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo apresentou uma tabela produzida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, para uma apresentação de dados à Agência Internacional de Cooperação Japonesa – JICA. A tabela possui dados relevantes sobre as regiões e áreas mais afetadas da cidade, em ordem de maior deslizamento (SEMMADUS, 2013, p. 14).

A partir da sua análise fica evidente o nível de abrangência da tragédia na região do Córrego D'Antas que, apesar de ficar em sétima posição em números de deslizamentos, está em primeiro lugar enquanto região com maior porcentagem da sua área atingida e com o maior deslizamento em metros quadrados. Além disso, fica em 4º lugar da área total atingida, com 1.397.139 m² de área afetada por deslizamentos (*Ibidem*, p. 14).

Além dos deslizamentos, há que se considerar as enchentes, e todas as suas consequências no ambiente, contribuindo para essa representação da grande proporção da tragédia no bairro. Como descrito anteriormente, o bairro sofreu enchentes com correntezas fortes, deslizamentos de terra e pedras, muitas delas em proporções enormes, causando grande destruição. Algumas pedras tiveram que ser dinamitadas para fazer sua retirada.

“Maior que um caminhão, esta enorme pedra rolou do alto de uma montanha em Córrego Dantas e só parou na Estrada Nova Friburgo-Teresópolis. A localidade foi duramente atingida pelas águas. Casas e ruas desapareceram, restam cenas chocantes” (A VOZ DA SERRA, 31 jan. 2011).

Considerando o estudo oficial, é possível perceber a origem das notas e notícias, além das afirmações constantes de moradores, relatadas ao longo do campo, de que o bairro foi o mais atingido. Contudo, mais do que a origem desse fato, o que interessa é perceber como e porque ele foi acionado pelos diversos atores.

A prefeitura, ao afirmar a proporção da tragédia e da destruição ocorridas no bairro, acionou seu projeto de expansão industrial do bairro e o descaso com as políticas voltadas para a área habitacional e social no mesmo, assim como o INEA e o governo estadual, que deram sentido aos seus projetos de proteção ambiental e retirada dos moradores para outra área da cidade, onde foi construído um complexo habitacional para os indenizados da tragédia (CORREA, 2015).

Os moradores, para fins diferentes, acionaram a proporção da destruição e de como foram afetados para reivindicarem direitos diversos e cobrarem ações para a reconstrução do bairro. Por exemplo, descreveram por diversas vezes a “tragédia” e os problemas para convocarem vizinhos a participar da Associação e suas atividades, ou até mesmo para obterem apoio de outros ou chamar a atenção da Prefeitura para o bairro.

Essas afirmações e sentidos atribuídos ao desastre no bairro afetaram a percepção dos moradores em relação à percepção de riscos, pedindo por mais urgência nas ações e até mesmo impulsionando sua participação política.

O evento das obras nas pedras exemplifica essa questão de como o Poder Público e moradores podem ter, apesar de referências próximas, sentidos e objetivos bem distintos.

Por volta de cinco meses após a tragédia, depois da remessa de verbas dos governos Federal e Estadual para a cidade, foram aprovadas cinco grandes obras para Nova Friburgo e uma delas contemplava o Córrego D'Antas. Os moradores do Córrego D'Antas, através da Associação, souberam que a obra seria direcionada a uma localidade mais afastada, numa área onde havia um “condomínio de luxo” - conforme o relato de um dos moradores (CORREA, 2015, p. 83).

Então, os moradores e a Associação do bairro travaram uma “luta” durante meses para levar a obra para a região mais populosa do bairro, onde, além de possuir mais moradores, havia mais demanda e necessidade de reconstrução por conta do desastre, por ser uma “área de risco”.

Depois de abaixo-assinados, ofícios, reuniões e reivindicações, o Córrego D'Antas foi contemplado com o que viria a ser a “maior” obra de contenção do estado em 2013. Ela foi feita na parte central do bairro, no lado das pedras e, de fato, foi uma grandiosa obra, envolvendo “pontos de drenagem, canais de gabião, caneletas, pontos de contenção, com mureta chumbada e aplicação de contrafortes”, dentre outras ações (*Ibidem*, p. 85), conforme explicado por um dos engenheiros da empresa que a executava em 2014 (durante o período de campo), a Geomecânica. A obra foi gerida pela Secretaria Estadual de Obras (SEOBRAS).

“Obra de contenção do Córrego Dantas será a maior do estado e custará R\$ 43 milhões. Dois anos e oito meses após a tragédia climática de 2011 surge uma luz no fim do túnel para os milhares de moradores que ainda residem em área de grande risco na parte alta do Córrego Dantas: a Secretaria Estadual de Obras (SEOBRAS), conforme antecipou o colunista Giuseppe Massimo na edição de sábado, 7, marcou para o dia 9 de outubro a licitação da obra de contenção do bairro, tida como a maior do Estado do Rio, orçada em R\$ 43,900,139,42” (A VOZ DA SERRA, 11 set. 2013).

Os membros da Associação de Moradores não têm dúvida de que a mudança da área contemplada com a obra, do condomínio para as pedras, deveu-se ao envolvimento dos moradores. O bairro obteve outras conquistas, antecedidas de ação e organização dos moradores (CORREA, 2015).

Além desse tipo de engajamento, é importante pontuar que os moradores também empreenderam ações, na falta do Estado, em termos emergenciais para a reconstrução que, além do efeito de melhorias para o bairro e para as pessoas, levou ao fortalecimento do engajamento e a adesão de mais moradores na organização política do bairro. Segue relato do então recém-empossado presidente da Associação de Moradores, três meses após as chuvas, descrevendo a organização da comunidade.

“Estamos nos organizando, através da associação de moradores, para levantar a grande diversidade de problemas, propor ações e cobrar medidas do serviço público. Até aqui, a gravidade da tragédia tem sido uma justificativa para a morosidade das ações, mas deveria ser também motivo para ações que já poderiam ter acontecido” (A VOZ DA SERRA, 14 mar. 2011).

Um exemplo de ação empreendida pela comunidade, antes mesmo da nova gestão da Associação, foram os mutirões do bairro. Moradores se reuniam em grupos para executarem limpeza e consertos pelo bairro ao longo de 2011. Foram, no mínimo, cinco mutirões naquele ano, de acordo com os registros apresentados no site da Associação de Moradores do Córrego D’Antas.

A partir dessas ações, os moradores se conheciam mais e trocavam saberes e experiências, contribuindo para a construção da organização em torno da reconstrução do bairro e da própria composição da nova gestão da Associação (já que os mutirões iniciaram antes da eleição da nova diretoria da instituição).

Os mutirões são exemplos de como os moradores envolveram os saberes locais e os vínculos na participação pela reconstrução do bairro (a partir de necessidades e mudanças repentinas) e da importância desses saberes para a resiliência.

3 | SABER LOCAL

Conforme apresentado anteriormente, algumas ações envolvendo conhecimentos dos moradores foram importantes para o primeiro momento de engajamento e reconstrução. Um exemplo dessas ações, como já citado, foram os mutirões.

A partir desses mutirões, os moradores relacionavam seus conhecimentos sobre o bairro, suas experiências no espaço, suas próprias profissões e atuações. Moradores que trabalhavam com obras, operadores de máquinas retroescavadeiras, cozinheiras, faxineiras, dentre outros, somavam-se nas atividades dos mutirões. Cada morador que participava dava sua contribuição, a partir de suas particularidades.

Além desses conhecimentos que foram essenciais para uma inicial gestão comunitária do desastre, desde o início da organização em torno da reconstrução do bairro e para o próprio engajamento na posterior participação da Associação de Moradores, os conhecimentos locais também foram importantes para em um segundo momento estarem presentes nas negociações e reivindicações dos moradores frente ao Estado e para imporem seus interesses.

Esses conhecimentos locais – ou saberes locais - vão além de um conhecimento específico e profissional. “Saber é algo mais do que informação, no sentido de que envolve mais do que cognição, incluindo outras dimensões da existência – algo que se pratica com o intelecto e com as demais faculdades humanas” (TADDEI, 2015, p.

318).

Os saberes locais acionados a partir do presente estudo de caso estão relacionados aos chamados “vínculos de proximidade”, portanto, relacionados “aos modos de uso, de frequência e de habitação do bairro” (CEFAI, 2011, p. 70). Somados a esses vínculos, os saberes locais também permeiam a própria mobilização para a reconstrução do bairro e a proximidade entre os atores.

“Além disso, a definição da situação da reabilitação do bairro se apoia em saberes locais, relativos às formas de vida associativa próprias de um território, aos usos de lugares semipúblicos e públicos, às práticas de solidariedade e de ajuda mútua entre vizinhos; como também saberes referentes ao estado de deterioração dos imóveis, às necessidades de áreas livres de jogos para crianças e de espaços de integração para adultos (...)” (CEFAI, 2011, p. 82).

Indicações sobre qual o melhor lugar para se construir uma praça, uma área de recreação infantil, uma creche (envolvendo o Plano Diretor) ou para reconstruir uma ponte (envolvendo um mutirão pela reconstrução de uma ponte no bairro); ou sobre quais são os direitos na política de moradia (relacionado às indenizações), são alguns exemplos das ações empreendidas por moradores ao longo de 2014 e que dialogam com os saberes locais (exemplos extensamente descritos na dissertação, que mostram de forma ampliada e variada as questões apresentadas aqui).

São saberes que estão ligados à frequência dos lugares, além das experiências individuais e coletivas dos atores, “*de seus modos de uso dos espaços privados, semipúblicos e públicos, de suas valorizações dos lugares vividos e praticados no dia a dia, investidos de toda sorte de qualidades que escapam ao urbanista*” (*Ibidem*, p. 82).

Os saberes locais colocam, portanto, os moradores em condição privilegiada a respeito do conhecimento do bairro. Para os casos relacionados à obra nas pedras, apresentada anteriormente, os residentes acionaram seus conhecimentos relacionados às obras e ao bairro para confrontarem com o conhecimento técnico e burocrático de representantes do Estado e da empresa contratada.

Em uma reunião com esses representantes e membros da Associação, juntamente a outros moradores (alguns destes trabalhadores da construção civil), após a inicial apresentação sobre a obra, seu planejamento e o que já havia sendo feito, pelo engenheiro da empresa, os moradores não hesitaram em corrigir e sugerir ações.

Alguns moradores faziam questionamentos, por exemplo, em relação a questões técnicas, como o diâmetro das canaletas (se era suficiente), sobre a largura da mureta, se a mesma era chumbada, entre outras, alegando serem insuficientes para o local e a quantidade de pedras e água que escoavam de determinadas regiões das pedras. Apresentavam conhecimentos que tinham sobre o bairro - dizendo o nome

dos locais apontados no mapa pelo engenheiro, até mesmo corrigindo-o em relação a algumas localidades (CORREA, 2015, p. 85-86).

O conhecimento apresentado pelos moradores sobre o bairro e a experiência sobre lugares e características das pedras, por exemplo, além da forma como questionavam e usavam os termos usados pelos técnicos davam uma propriedade aos moradores não questionada pelos representantes presentes na reunião, mesmo quando interrogados e avaliados.

Esse evento foi procedido de encaminhamentos da empresa acatando algumas colocações dos moradores, com críticas registradas pelo engenheiro, mostrando que os agenciamentos relacionados aos seus saberes e experiências no bairro prevaleceram (pelo menos naquele primeiro momento).

No entanto, nem sempre os saberes locais são considerados nas gestões de desastres por técnicos, pelo Poder Público, ou mesmo pela própria ciência. A partir de uma visão cientificista, o saber local é colocado enquanto um conteúdo irrelevante e em uma escala inferior de ação (TADDEI 2015, p. 319).

Um exemplo de descaso em relação à percepção e ao conhecimento dos moradores sobre a gestão dos desastres vinda da gestão pública é obtida em uma reportagem sobre o Córrego D'Antas, feita dias antes das chuvas de janeiro de 2011, onde é possível ver a reclamação de moradores sobre a situação do rio e a relação com outras enchentes no bairro:

“No entanto, os moradores estão apreensivos quanto a novas enchentes, pois o Rio Córrego Dantas está assoreado, estreito e com muito mato. Esta é a prioridade número um do bairro. Há queixas quanto à ponte que liga as ruas Luiz Schottz e Alexandre Bachini, cuja viga horizontal é muito baixa e represa as águas do rio quando ele enche. O carreteiro Moacir Cardinot Lobo pede que engenheiros da municipalidade apresentem uma solução para o problema” (A VOZ DA SERRA, 27 dez. 2010).

O morador, além de atestar problemas no rio que podem incorrer em enchentes, ainda conclama a presença do conhecimento técnico para que o problema seja solucionado. Em outro momento da reportagem, outros confirmam a análise:

“O lanterneiro Irineu Souza Santos disse que, em 22 anos que ali reside e trabalha, já enfrentou cerca de 15 enchentes. Na maior, no Natal de 1996, a água chegou a 1,80m de altura, causando-lhe muitos prejuízos. De acordo com Irineu, o rio não é limpo há muito tempo e ele pede às autoridades a dragagem ou uma boa limpeza do rio. A moradora Mirian Eggdorn reforça o pedido de limpeza e desobstrução do Rio Córrego Dantas. (...). Agora o rio está assoreado, estreito, com muito mato e infestado de ratazanas. Há 30 dias o rio encheu e quase transbordou. Quando transborda, muitas casas são atingidas, causando transtornos e prejuízos” (A VOZ DA SERRA: 27 dez. 2010).

A preocupações acima transcritas, dias depois, materializaram na “tragédia”, inclusive atingindo as ruas citadas pelos moradores. Para especialistas, uma das

causas da dimensão desse desastre, além da escassa organização e planejamento, foi a não inclusão da participação comunitária:

“De acordo com o Inpe, desde julho de 2010, a região serrana vinha sendo atingida por chuvas constantes, acima da média. A existência de um plano de contingência bem estruturado, alertando a população e incluindo rotas de fuga para locais de abrigo, poderia ter evitado a tragédia. Uma autoridade da área acrescentou que, mesmo nos casos em que um plano de contingência foi construído, como em Nova Friburgo, ele deveria, necessariamente, ter previsto a mobilização e capacitação da população e líderes comunitários no momento anterior ao desastre; o que não ocorreu” (BUSCH e AMORIM, 2011, p. 06).

Em outros momentos do campo foi possível atestar a questão do descaso aos saberes locais, o que não fazia os moradores deixarem de investirem nesse conhecimento, na empreitada pela diminuição dos problemas na localidade e pela manutenção do bairro enquanto uma região habitacional e de retomada de suas vidas.

4 | CONCLUSÃO

A partir deste breve relato baseado no estudo de caso da participação política associativa de moradores de um bairro em Nova Friburgo, pela reconstrução da localidade após o desastre de 2011, foi possível atestar a importância da participação política e dos saberes locais na gestão de desastres.

Um desastre não é um fato isolado, sendo um processo temporal (TADDEI 2015, p. 316), relativo, ligado a variáveis (além das naturais), sociais, políticas e simbólicas. Sua duração e a extensão dos impactos estão, sobretudo, ligadas a fatores condicionados ao grau de vulnerabilidades e resiliências.

Sem dúvida, as ações em nível local podem afetar o desastre em seu desenrolar, nas atividades de apoio, na mitigação dos seus impactos, na gestão pública e suas prioridades, e a comunidade de Córrego D’Antas, nesse sentido, é um exemplo dessa relação de sucesso.

Apesar dos problemas que persistem no bairro, a comunidade teve muitas conquistas (CORREA, 2015) no que concerne à resistência no bairro, à visibilidade, à reconstrução e à gestão de desastres mais inter-relacionada ao contexto local e com a participação dos membros da localidade do que em outras áreas atingidas pelo desastre de 2011.

Como um exemplo das conquistas, destaco a participação atual da Associação na REGER, a Rede para Gestão de Desastres em Córrego D’Antas, Nova Friburgo, RJ. Esta é uma rede de várias instituições, além da Associação de Moradores, como o Laboratório de Geo-hidroecologia -UFRJ; o Colégio Pedro II; a Defesa Civil Municipal de Nova Friburgo; a Escola Politécnica da UFRJ; a Fundação Oswaldo

Cruz; o Laboratório Território e Cidadania – UFRJ etc. A rede atua na temática de desastres, tendo a bacia do Córrego Dantas (Nova Friburgo) como área piloto. Constituiu-se no final de 2014, com fins de desenvolver soluções para a melhoria de vida da população local, atingida por desastres naturais (como o de 2011) ou em áreas com potenciais riscos.

Outro exemplo pode ser apresentado na visibilidade e representatividade da comunidade no município em relação aos esforços da necessária reconstrução, quando, em 2014, o bairro recebeu a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), na visita da instituição à Região Serrana, para tratar das questões relacionadas ao desastre.

Após a visita e denúncias da Comissão, na figura do parlamentar Marcelo Freixo, em entrevistas e na audiência da ALERJ – que tratou do tema: “A tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro três anos depois: direito à moradia adequada” – sobre as condições em que o bairro se encontrava e sobre a falta de creche e escolas adequadas (atingidas durante as chuvas de 2011), a Prefeitura, dias depois, arrematou um prédio no bairro, em leilão, que serviria para a escola e creche, o que demonstrou que as estratégias de publicização fizeram o efeito esperado para os moradores (*Ibidem*, p. 107).

Portanto, após a apresentação de parte do presente estudo de caso, conclui-se a necessidade da inclusão da participação comunitária e da inserção dos novos regimes de saber para uma gestão pública dos riscos e desastres cada vez mais eficiente e condizente com as reais necessidades e demandas locais.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Virginia G. *Historia y desastres en América Latina, III*. coord. Virginia Acosta. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 2008, 358 p.
- _____. *La Perspectiva Histórica em La Antropologia Del Riesgo y del Desastre. Acercamientos metodológicos*. Relaciones, XXV (97), 2004, 19 p.
- BUSCH, A.; AMORIM, S.N.D. *A tragédia da região serrana do Rio de Janeiro em 2011: procurando respostas*. ENAP: Casoteca de gestão pública, 2011, 20 p.
- CEFAI, Daniel. Como uma Associação Nasce para o Público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse em Paris In CEFAI, D., Mello, M. A. S., MOTA, F. R., VEIGA, F. B. *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 67- 102.
- CORREA, Maria Suellen Timoteo. *A Política no Desastre em Nova Friburgo/RJ: uma análise da participação de moradores na reconstrução do bairro Córrego D’Antas*. 2015. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015, 189 p.
- DAS, VEENA. *Critical Events. An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Delhi: Oxford University Press, 1995, 230 p.

FORESTI, A. J., BRESSANI, L. A., ECKERT, C., FILHO, L. C. P. S. *Engenharia de Resiliência: uma primeira aproximação com a gestão de riscos de desastres socionaturais*. In: 15º Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia e Ambiental, Anais, Bento Gonçalves (RS): CBGE, 2015, 7 p.

NOVA FRIBURGO. *Apresentação de dados à Agência Internacional de Cooperação Japonesa – JICA*. Nova Friburgo RJ: Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, 2013, p. Disponível em <http://novafriburgo.rj.gov.br/atendimento-ao-cidadao/projeto-gides/arquivos-projeto-gides/> (acesso em 05/06/2017).

TADDEI, R. O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres). In: Siqueira, A., Valencio, N., Siena, M., Malagoli, M. A. (Org.). *Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das ciências humanas e sociais para a análise de casos concretos*. São Carlos: Rima Editora, 2015, 16 p.

VALÊNCIO, N., PRATER, C., CAMPOS, P. F. C., TRIVELIN, L. M., SIENA, M., EVANGELISTA, J., CATÓIA, C., MARCHEZINI, V., CRISTOFANI, G., TAGLIAFERRO, M., BARBOSA, A. R., PAGANELLI, J., PAVAN, B. *A produção social do desastre: dimensões territoriais e político institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas*. Teoria e Pesquisa, v.44-45, 2004, p. 67-115.

VALÊNCIO, Norma. *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectiva no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009, 208 p.

SOBRE A ORGANIZADORA

Maria Izabel Machado - Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009). Em 2012 defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFPR) na linha de pesquisa “Cultura e Sociabilidades” no eixo temático Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Em 2017 defendeu sua tese de doutorado (UFPR) também na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, desta vez no eixo temático Gênero e Trabalho. Como pesquisadora se dedicou durante sua formação acadêmica aos temas economia solidária, gênero, trabalho e cuidado. Atualmente as pesquisas em curso se inscrevem na perspectiva pós-estruturalista e de gênero acerca da cartografia dos sujeitos no ensino superior, especialmente na formação em pedagogia. Como educadora atuou na formação de lideranças populares por meio de ONGs e outras instituições, e também com formação de professores em projetos de cultura de paz nas escolas. Atuando na docência nas redes públicas e privada desenvolveu trabalhos acerca da inclusão e segregação no ambiente escolar e com uso de literatura em sala de aula para ensino-aprendizagem de sociologia, na educação básica, especialmente no ensino médio. Atua como docente na Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Educação), participando como pesquisadora do grupo Mutamba (UFG) e do Núcleo de Estudos de Gênero (UFPR). Nesta instituição ainda desenvolve projeto de extensão interdisciplinar a partir da imbricação educação, sociedade e cultura. Contato: mariaizabelmachado@ufg.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 24, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 183

Associativismo 67, 87, 90

B

Biografias 137, 149, 150

Brincar 16, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 60, 65

C

Candomblé 34, 37, 38, 39, 40, 41

Ciência e tecnologia 122, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 145, 147, 148, 150, 216

Conservadorismo 163, 173

Crianças ribeirinhas 12, 14, 16, 19, 56, 58, 59, 60, 61, 63

Cultura 2, 18, 19, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 49, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 80, 94, 108, 111, 115, 124, 132, 157, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 173, 197, 200, 217, 218

D

Desastres ambientais 79, 80

Desemprego 175, 176, 177, 180, 185, 186, 191

Desenvolvimento 11, 23, 24, 32, 44, 56, 63, 64, 70, 78, 88, 90, 110, 113, 119, 121, 126, 128, 134, 135, 136, 137, 140, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 187, 193, 200, 204, 205, 213, 214, 215

E

Enem 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133

Ensino de sociologia 118, 125, 132

Escrita 41, 56, 60, 152, 153, 154, 156, 157, 163, 208

Espaço urbano 43, 44, 45

Estigma 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 169, 209

F

Familismo 166

G

Gênero 30, 38, 43, 106, 112, 113, 131, 133, 138, 152, 163, 185, 189, 194, 201, 202, 203, 205, 208, 215, 217, 218

Gestão de desastres 67, 76

H

Habitus 94, 95, 102, 200, 204

I

Infância 12, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 48, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 154, 199

M

Migrações 105

Mineradoras 80, 88

P

Poder público 13, 14, 20, 67, 70, 71, 75, 82, 90

Poesia 59, 152, 153, 162

Políticas públicas 11, 20, 63, 67, 79, 80, 90, 132, 133, 134, 135, 194

Precarização 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 187

Privação de liberdade 92, 93, 94, 97, 102, 103

Prosopografia 134, 135, 137, 149

R

Racismo 34, 35, 36, 107, 113, 207, 208

Representações 1, 2, 3, 5, 10, 11, 25, 26, 29, 61, 125, 191

Ribeirinhos 13, 17, 21, 80, 89

Rural 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 21, 139, 143, 166, 170

S

Saber local 67, 73, 75, 78, 91

Segregação 36, 218

Subversão 23, 28, 31

T

Terapia ocupacional 23, 24, 26, 31, 32, 33

Trabalho 1, 4, 10, 11, 12, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 34, 43, 44, 48, 54, 63, 67, 79, 81, 92, 93, 94, 102, 105, 107, 110, 114, 115, 120, 126, 130, 136, 153, 158, 159, 164, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 196, 200, 201, 212, 213, 214, 218

Transporte escolar 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22

Transporte público 43, 52, 53

U

Urbano 1, 2, 4, 5, 7, 10, 11, 43, 44, 45, 52, 70, 78, 170, 171, 179

V

Vulnerabilidade social 23, 25, 31

